

MENINAS EM CENA: PERSPECTIVAS DE INTERPRETAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO TEATRO COMO FORMA DE AÇÃO SOCIAL

Elaine Cristina de Almeida

Resumo: O objetivo do projeto desenvolvido foi pesquisar o ponto de vista de adolescentes marginalizadas sobre seus problemas sociais, eventualmente manifestado em processos criativos teatrais. A escassez de estudos sobre o tema no Paraná reforça a sua relevância. Foram cruzadas informações de bibliografia atual com depoimentos obtidos através de entrevistas, captadas em vídeo ou compiladas nos locais de amostra, delimitadas para destacar uma população do sexo feminino. As jovens participantes estavam vinculadas ao Projeto Criança Cidadã (PCC), em Guarapuava e à Unidade Social Oficial Joana Miguel Richa (USOJMR), em Curitiba. Constatou-se, no PCC, que não são realizadas atividades teatrais, havendo somente atividades esportivas. Na USOJMR, foi verificado um programa específico de ressocialização através de oficina teatral com técnicas de Augusto Boal. Os depoimentos e dramatizações enfatizaram o envolvimento direto de familiares, como autores de abuso sexual, estupro, violência física e alcoolismo, muitas vezes motivando a fuga de casa e a marginalização precoce das meninas. A atividade artística como o teatro na USOJMR proporciona, para as adolescentes, um meio eficiente de manifestarem opressões e discutirem possibilidades de transformação comportamental que não são apresentadas no PCC.

Palavras-chave: marginalização; teatro; ressocialização.

Abstract: The objective of the project was to examine the point of view of marginalized adolescents about their social problems, eventually expressed by means of creative theatrical processes. The shortage of studies about this topic in Paraná reinforces its relevance. Information based on current bibliographical references was cross-checked against personal account by means of interviews, recorded on video or collected in the sample places in order to map a population of the female sex. The participants of this study

were young women who were linked to the Project Citizen Children (PCC), in Guarapuava, Paraná, and also to the project called Social Official Unity Joana Miguel Richa (USOJMR), in the capital of Paraná, Curitiba. It was found that in the PCC, it is not offered theatrical activities, but only sporting activities. While in the USOJMR, it was verified that a specific programme of resocialization by means of theatrical workshops, with techniques from Augusto Boal, is developed. The results of the work developed in USOJMR, revealed that the personal accounts and dramatizations focused on the direct involvement of the families, as perpetrators of sexual abuse, sexual harassment, physical violence and alcoholism, facts which made the girls run away from home and get involved in precocious marginalization. Thus, the artistic activity that USOJMR provides for the adolescents works as an efficient means for them to express their opinions and to discuss the possibilities of behavioural changes that are not developed in the PCC.

Key-word: Marginalization; theatre; resocialization

A pesquisa pertinente a esse artigo foi vinculada ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC)¹ e teve dois aspectos. Primeiro, tratou da marginalização de crianças e jovens, um problema sócio-econômico que tomou enormes proporções na última década. Conforme dados mostrados por Dimenstein, “O Brasil tem 21 milhões de crianças – 35% das meninas e meninos – vivendo em lares onde a renda *per capita* é igual ou menor a meio salário mínimo.” (p. 20). Segundo, para um estudo de caso, considerou a utilização de atividades lúdicas em instituições para recuperação de moças marginalizadas.

Inicialmente, coletei dados sobre meninas e meninos de rua, através de revisão bibliográfica abrangendo Dimenstein (1992 e 2002), Frontana (1999) e Ortiz (2001). Para aprofundar uma reflexão sobre a luta contra o preconceito de gênero, revisei Pinski e Pinski (2003). Finalmente resenhei bibliografia sobre o uso de teatro para o desenvolvimento da cidadania, destacando Boal.

O estudo de caso teve duas fases. Em um primeiro momento, observei fitas de vídeo do trabalho de Oficina de teatro, realizado por minha orientadora Margarida G. Rauen, na Unidade Social Oficial Joana Miguel Richa (USOJMR), em Curitiba. Os objetivos foram analisar o ponto de vista de meninas em privação de liberdade que participaram da Oficina na USOJMR, através de seus depoimentos e dramatizações num roteiro cênico.

¹ Pesquisa vinculada PIBIC, Resolução 105/2003 – CEPE-UNICENTRO, Agosto/2004 e orientada pela Prof^a Dr^a Margarida G. Rauen, do Departamento de Arte-Educação da UNICENTRO, em colaboração com o Departamento de História. Agradeço o apoio do Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra, em forma da revisão crítica deste artigo.

Na segunda etapa, para entrevistas em Guarapuava, elaborei um questionário e, depois, comparei as respostas obtidas às das meninas da USOJMR, e representam outras cidades do Paraná, tais como Cascavel e Foz do Iguaçu. Este questionário foi usado com G. A. M. L., L. S. e L. C. N.² do Projeto Criança Cidadã³, em Guarapuava, que tem por objetivo reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua à sociedade.

É usado este termo, pois, em Guarapuava, segundo a coordenadora do Projeto, Claudiana Ferro Kloster, não existem crianças/adolescentes morando nas ruas. Elas apenas passam um determinado tempo fora de casa, mas sempre retornam. A coordenadora também respondeu ao questionário. O estudo de caso, portanto, caracteriza-se como história oral: “A História Oral manifesta uma profunda preocupação com o resgate da memória dos esquecidos, tendo especial interesse em dar voz àqueles que nunca tiveram vez na história.” (GANDRA, p. 20).

É interessante destacar, à luz do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, a discussão sobre a diferenciação entre as terminologias menor e criança. Enquanto o termo criança é carregado de adjetivações positivas, que motivam afeto e proteção, é senso comum que a palavra menor motiva rejeição e temores, sendo associada a indivíduos perigosos, que devem ser vigiados e, se possível, afastados do convívio social. Este estigma sempre esteve presente na história brasileira:

[...] o termo ‘menor’ constitui-se na maneira como os setores dominantes da sociedade fazem seu reconhecimento da condição específica de crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras de baixa renda – os filhos de negros, nordestinos ou brancos pobres -, que carregam as marcas e os estigmas da exclusão, que exibem, enfim, os signos da discriminação que recaem sobre sua classe social. (FRONTANA, p. 22).

Mulheres na História

O interesse de pesquisadores sobre temas da cidadania cresceu na última década. O livro *A história da cidadania* é um exemplo, com vários artigos sobre aspectos diversos da cidadania que incluíram a questão feminina. No artigo *Mulheres: Igualdade e Especificidade*, Pinsky e Pedro mostram que existiram conquistas da cidadania ao longo da história, mas que foi uma luta árdua para as mulheres. Elas constantemente foram alijadas pelos dominadores da história. Enquanto os homens comandavam a sociedade e determinavam os seus destinos e os da sua família, as mulheres apenas observavam e

² Para proteger a identidade das crianças e adolescentes envolvidas serão apenas referenciadas suas iniciais.

³ Escolhi o projeto pela facilidade de encontrar crianças e adolescentes que já tiveram, ou ainda tem, algum contato com a vida de rua, e que a Coordenadora, pela convivência, também poderia esclarecer algumas dúvidas sobre as entrevistadas. Elas foram escolhidas aleatoriamente.

cumpriam o seu papel de mãe e sombra dos maridos. Mas, este cenário passou por mudanças no decorrer da história.

Durante o Iluminismo (séc. XVIII) surgiu uma nova visão para a sociedade, já que a razão foi exaltada, mas segundo Pinsky e Pedro assim como há a idéia de igualdade de direitos, alguns filósofos, como o próprio Rousseau, defendiam que a classe feminina deveria cumprir a sua natureza que é o de mãe e esposa:

Enquanto alguns pensadores defendem a idéia de igualdade de direitos e a possibilidade de auto-realização advinda do acesso à razão para as mulheres tanto quanto para os homens, outros filósofos, como o popular Rousseau, duvidavam da capacidade das mulheres. Para eles, as mulheres, por sua natureza distinta, não conseguem raciocinar do mesmo modo que os homens, pois são movidas mais pelas paixões – uma tendência, no limite, perigosa ao bom funcionamento da sociedade. (2003 p. 266).

Com toda essa discriminação vivida pela mulher, chegou um ponto em que ela quis se rebelar contra a inferioridade e a submissão. Essas contradições estimularam o historicamente nomeado Feminismo. No séc. XVIII as feministas lutavam pela cidadania, exigindo mais direitos políticos e melhoria na vida social. E já no séc. XIX procuravam melhorias trabalhistas: “a partir do início do séc. XIX exigiram direitos para as trabalhadoras, acesso a melhores empregos pagamentos justos, diminuição da jornada de trabalho, fim da exploração de prostitutas, criadas, operárias e funcionárias.” (PINSKI e PEDRO, 2003 p. 286). O feminismo, segundo Pinski e Pedro, tinha como base as idéias iluministas, o protestantismo, a ideologia burguesa e a filantropia e com isso foi se fortalecendo. Surgiram, então, as linhas igualitárias, reconhecendo a igualdade entre todos os seres humanos, e a dualistas, valorizando as diferenças e as contribuições femininas. Os movimentos, assim, trouxeram uma significativa consciência de gênero. As conquistas trabalhistas e sociais do feminismo, porém, ainda não foram suficientes para erradicar o abuso sexual da mulher criança e adolescente, um tema bastante presente neste trabalho.

Aspectos da marginalização

Percebe-se que a marginalização está relacionada com três processos principais: problemas domésticos, exploração e/ou abuso sexual e drogas. Como afirma Dimenstein: “A pobreza provoca uma infecção chamada desintegração familiar. E ela vem junto com a violência. Meninos costumam dizer que preferem morar na rua a morar em casa. É que, assim, fogem das agressões do pai ou da mãe. E muitos pais batem nos filhos porque bebem.” (2002, p. 39).

Para ele, o álcool, refúgio dos pais que não têm condições financeiras para sustentar a família, é, geralmente, o que estimula a fuga de crianças das suas casas, transformando-as em meninos de rua: “Nota-se a ausência de cidadania quando uma sociedade gera um menino de rua. Ele é o sintoma mais agudo da crise social.”

(DIMENSTEIN, 2002, p. 18). Por outro lado, não se pode esquecer que o alcoolismo também é um fator de desestruturação familiar em todas as classes sociais.

Os fantasmas do abuso e da exploração sexual atingem as crianças. Apesar de se encontrar exploração sexual contra a infância em todo território nacional, e no sul do país localizada na Tríplice fronteira (Brasil/Paraguai/Argentina), caso este que já está sendo combatido pela *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) em parceria com a Ciranda – *Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência*, numa campanha desenvolvida de maio de 2003 a agosto de 2004, o cenário muitas vezes é a própria residência: “Em 75% dos casos de abuso sexual, o culpado também é um parente, geralmente pai ou padrasto.” (DIMENSTEIN, 2002, p. 39).

Com relação à região de Guarapuava sobre o abuso sexual, o que se pode considerar é que a situação é preocupante. Conforme matéria publicada no jornal *Tribuna Regional*, ela lidera números de abuso contra crianças: “Os números de acordo com a Delegacia da Mulher, colocam a região de Guarapuava no topo do ranking do abuso sexual contra criança e da prostituição infantil no Paraná.” (ESTECHE, 2004 p. 8). Segundo o jornal, grande parte dos casos ocorrem no Turvo, mas não traz números exatos. Em relação a registros, o Conselho Tutelar revela que este tipo de denúncia cresce a cada ano: “Segundo o Conselho Tutelar, nos primeiros quatro meses de 2004 já há 13 registros de violência sexual contra 39 em 2003 e 25 em 2004.” (ESTECHE, 2004 p. 8). Mas, de acordo com João Adolfo Czovny, presidente do Conselho, isso não é sinal de que os números de agressões aumentaram; aumentaram as denúncias. Elas são de meninas de várias idades, e envolvendo, sempre, pessoas próximas e que impõem alguma autoridade, como pais, irmãos ou padrastos. O caso mais recente, segundo entrevista do Conselho Tutelar para o jornal, foi o de uma menina de sete anos que era agredida pelo próprio pai.

Existem dificuldades para se chegar até o agressor: “Os desafios são maiores porque, nos casos de abuso sexual, os crimes escondem-se sob um forte pacto de silêncio, derivado da noção de que os adultos são donos das crianças e que o lar é uma instituição inviolável.” (ESTECHE, 2004 p. 8). Essas meninas não são obrigadas a morar somente com o agressor, mas também com a vergonha e com o medo.

O principal fator, apontado pelo jornal, que leva a esta violência é a miséria: “Nos casos de incesto a agressão sexual acontece com maior incidência na classe social que vive abaixo da linha da miséria em que as pessoas são analfabetas e desprovidas de qualquer princípio.” (ESTECHE, p. 8). Sobre o caso, João Adolfo Czovny, presidente do Conselho Tutelar, relata que ainda falta uma estrutura adequada para a solucionar o problema.

O perigo, portanto, pode morar na própria casa. É o que confirma o depoimento de Esmeralda Ortiz, ex-menina de rua de São Paulo, que publicou uma autobiografia: “Mas meu padrasto me ameaçava, falava que, se eu contasse pra minha mãe, ele ia me bater. Eu ficava morrendo de medo e acho que perdi mesmo a virgindade com ele.” (ORTIZ, p. 42). Outra adolescente, Francineide Luiza Cavalcanti, entrevistada por Dimenstein nos garimpos da Amazônia, também sofreu por este tipo de agressão: “Saí de casa por causa de meu padrasto. Toda vez que minha mãe saía, ele tentava me comer.

Reclamei pra minha mãe, que não fez nada, vim embora, não volto mais pra casa. Prefiro a rua.” (DIMENSTEIN, 1992, p. 71).

No caso de Esmeralda, o abuso acabou virando um certo “trauma de ser mulher.” Além de evitar namorados e optar por relacionamentos com meninas, ela também se vestia como homem, era uma proteção contra o abuso na rua:

Noventa por cento das meninas que moram na rua sofrem abusos sexuais. Um já sofrem em casa, outras vão pro lado da prostituição e os caras não respeitam. Por isso o único jeito dos homens não abusarem é as meninas andarem como homem, porque eles confundem. Eu comecei a ver que isso funcionava. A partir dos 14 anos, comecei a agir como homem: eu lutava, batia em todo mundo. (ORTIZ, 2004 p. 171).

Outras meninas apelam para a prostituição quando se vêem na dura vida da rua: “A miséria jogou as meninas para a rua. Elas não têm nada para vender. Não sabem ler, cozinhar, escrever. Só podem vender o único bem que possuem: o corpo.” (DIMENSTEIN, 1992, p. 18). A presença nas ruas facilita o contato com as drogas e com o tráfico, conforme argumenta Dimenstein:

Na rua, é muito comum os meninos experimentarem drogas. Eles ficam viciados porque drogas como cola de sapateiro ou *crack* ajudam a tirar a fome e dão uma ilusória sensação de alívio e de poder. Drogados, eles não conseguem levar uma vida normal em sociedade. E ficam ainda mais distantes da escola. Indefesos, entram para o crime organizado, dirigido por adultos. Muitos viram traficantes e morrem em brigas de quadrilhas. (2002, p. 46).

A droga acaba mais rapidamente com a vida, que já não tem muitas perspectivas, e depois de estar neste meio, a volta é difícil, mas não impossível. Esmeralda Ortiz conta, em seu livro *Por que não dancei*, que é uma luta árdua e poucos, como ela, conseguem sair da marginalização da rua.

Além do perigo dos entorpecentes, há, também, o dos grupos de extermínio, que assombram a vida de quem mora na rua:

Em 1989, uma pesquisa revelou que a cada dois dias uma criança era assassinada por policiais ou por grupos de extermínio formados por seguranças particulares contratados por empresários. As vítimas dessa matança foram apontadas como meninos de rua, acusados de marginais e sumariamente executados. (DIMENSTEIN, 2002, p. 42).

A população, em geral, tem preconceito quando encontra uma criança de rua. Sentem medo de assalto ou agressões. Mas quando se tem mais proximidade, percebe-

se a carência, não só materialmente, mas a falta da atenção e a ingenuidade de quem não teve o direito de ser criança. O Estudo de caso aqui apresentado permite essa perspectiva.

Estudo de caso

As meninas da Unidade Social Oficial Joana Miguel Richa, em Curitiba, conforme observação realizada no material em vídeo captado pela professora Margarida G. Rauen, durante uma Oficina de Teatro em 2003, sentem muita solidão por estarem detentas, sentem falta da liberdade que tinham, e falam muito sobre uma família que gostariam de ter ou de reconstruir. Uma menina escreve uma poesia com a planta da maconha, atitude rebelde, pois a maioria das meninas está detenta por crimes relacionados com o tráfico. Outra, em uma poesia, conta como é a vida na rua, a solidão que enfrentam, a escola do crime onde aprendem a roubar para sobreviver, a prisão. Não é a primeira vez que algumas delas estão presas; depois de cumprirem a pena voltam para a rua, e ficam expostas aos antigos crimes. Não vêem outra saída, ou não conseguem oportunidade e voltam para o roubo ou tráfico. Neste círculo vicioso, a única certeza é a de que o fim será a morte. Em depoimentos, elas se mostraram mais familiarizadas com drogas como a maconha e *crack*, e com o tráfico.

Já as entrevistadas no *Projeto Criança Cidadã*, em Guarapuava, têm mais envolvimento com drogas como solventes (*thinner*). O questionário, por mim formulado, usado no Projeto Criança Cidadã, contendo dezenove perguntas, feitas individualmente, abrange situações tais como: por quanto tempo viveu na rua; o motivo pelo qual saiu de casa; como se sustenta na rua; qual a escolaridade; o que gostaria que a sociedade soubesse sobre a vida que levava na rua; o que pensa sobre o sexo, abrindo espaço para falarem de prostituição, gravidez e aborto. Na área artística, se já tiveram contato com o teatro, se acreditam que a arte pode contribuir para mudar a vida; que personagens gostariam de interpretar numa peça de teatro; e que tipo de programação, da TV, gostam. Três perguntas referem-se à infância; uma delas é sobre o que mais lembram da infância, elaborada para se saber se alguma menina falava sobre agressões maternas ou paternas e se tiveram oportunidades de brincar ou não. Perguntei se sentiam saudades da vida de rua e do que sentiam falta quando estavam na rua; qual a imagem que colocariam no espaço, e quais são os maiores sonhos que possuem.

Após a revisão bibliográfica, a observação do vídeo e as entrevistas feitas em Guarapuava, pude constatar que entre as detentas da USOJMR, provenientes de várias cidades e regiões do Paraná e do sul e centro do Brasil, e Guarapuava, cidade de porte médio, existe uma diferença quanto ao acesso às drogas. Observei que as frequentadoras do Projeto Criança Cidadã não têm contato com drogas como maconha e *crack*, e conseqüentemente, não estão envolvidas com o tráfico diretamente. Outro aspecto é que elas não podem ser chamadas de meninas de rua, mas de meninas em situação de rua, pois, como já foi citado, elas não moram nas ruas, apenas pernoitam e após um determinado período voltam para casa, ou seja, elas têm um referencial familiar.

Este não é o caso das meninas da Unidade Social Oficial Joana Miguel Richa, onde a maioria está detenta por crimes graves, e, tendo vivido nas ruas, perderam, gradativamente, o contato com a família durante um período de tempo que antecedeu a reclusão.

O Projeto Criança Cidadã, em Guarapuava, foi criado para a recuperação de meninos e meninas que estão em situação de rua. Este projeto é vinculado à FUBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor), e tem como coordenadora Claudiana Ferro Kloster, mas que conta com uma pedagoga, uma pessoa responsável pelas relações familiares e seis educadores encarregados pelas abordagens nas ruas e por todo o processo de recuperação destas crianças e adolescentes.

O projeto foi iniciado em 2001, e suas ações se dividem em: a) Paquera pedagógica, que é a observação de meninas e meninos nas ruas; b) Namoro pedagógico, é a abordagem deles e a acolhida no Projeto; c) Aconchego Pedagógico, que é o convite de deixar definitivamente a rua e voltar para a família.

As três meninas entrevistadas têm doze, catorze e dezesseis anos e são de Guarapuava. É possível perceber que nem sempre as respostas são verdadeiras, elas sentem vergonha da vida que tinham. A menina de doze anos, G. A. M. L., diz frequentar a rua há seis anos. As outras, omitem e dizem estar na rua há dois ou três anos. Todas afirmam que pediam dinheiro para se sustentar. As três são alfabetizadas, mas saíram da escola para usar drogas, mais comumente o *thinner*.

As meninas comentam que a vida que levavam na rua era ruim, apenas uma diz que gostava, talvez por ironia, pois, segundo os educadores, ela é a que mais sente revolta.

Num primeiro momento, não quiseram falar sobre sexualidade. Apenas a de dezesseis anos, L. S., declarou que se prostituía porque, a partir de certa idade, não conseguia dinheiro pedindo, mas a coordenadora, a partir da convivência com elas, afirmou que todas já estiveram envolvidas com a prostituição.

Quando perguntei sobre teatro, elas referiram-se a uma peça feita com marionetes promovido no próprio projeto, da qual tiveram a oportunidade de participar. Esta foi a única peça a que assistiram. Elas acreditam na arte, principalmente, como uma forma de distração. Sobre que personagens gostariam de interpretar, G. A. M. L. respondeu que queria ser a Branca de Neve, e que seu programa preferido é *Xuxa no Mundo da Imaginação*. Isto ilustra a mentalidade infantil que ainda possuem.

A L. S. fala que não teve infância, e que só teve a oportunidade de ser criança no Projeto, onde eles têm contato com jogos, brincadeiras e acabam fazendo amizades. No pouco de infância que tiveram brincavam com outras crianças, jogavam futebol e gostavam de bonecas, realidade natural de qualquer menina.

Nenhuma se refere com saudades à vida que tinha, apenas a L. S. ainda fica em dúvida antes de responder. E afirma que na rua não sentia falta de nada, pois sempre estava drogada. A G. A. M. L. comenta que sentia falta de carinho. Quando perguntadas sobre o que gostariam de mudar no mundo ou nas próprias vidas, as respostas são para mudar a própria vida, a G. A. M. L. queria que não existisse a droga.

As imagens que colocariam num museu no espaço seriam: L. S: o primeiro dia que foi para o Projeto; G. A. M. L., a festa de quinze anos no Projeto e L. C. N. músicas de Renato Russo, como *Mais uma vez*. Os maiores sonhos delas é serem professoras, e o da G. A. M. L. é ter roupa bonita e uma bicicleta.

O uso da arte para a transformação do público

A relação entre as artes e o público tem sido objeto de estudo cada vez mais freqüente, especialmente em relação à massificação do comportamento causada pela mídia televisiva. Desgranges, por exemplo, defende a capacitação de espectadores contra o condicionamento do pensamento popular através dos meios de comunicação, considerando-se:

[...] a importância de que haja espectadores interessados e capacitados em ver e debater teatro, já que não há desenvolvimento da arte teatral que possa se dar sem a efetiva participação dos espectadores. O outro fator relevante que sustenta as práticas de formação de espectadores, diz respeito à importância de uma pedagogia do espectador em nossos dias, tendo em vista a espetacularização da sociedade, ocasionada pela proliferação de meios de comunicação de massa que condicionam a sensibilidade e a percepção dos indivíduos contemporâneos, e indicam a necessidade de uma formação reflexiva do observador, visando a sua aptidão tanto para perceber os recursos espetaculares utilizados, quanto para analisar a produção de sentidos veiculada por estes canais de comunicação. (DESGRANGES, 2003 p. 288).

Ou seja, por mais que a arte teatral chegue a todas as pessoas é necessário que elas se sintam aptas para interpretar e questionarem as peças. O fator levantado é que os meios de comunicação condicionam o pensamento do povo.

Desgranges aposta na formação de um público estimulando a criticidade não só quando assiste a uma peça de teatro, mas em todos os momentos: “Com um senso crítico apurado, este cidadão-espectador, consumidor-espectador, eleitor-espectador procura estabelecer novas relações com o entorno e com as diferentes manifestações espetaculares que buscam retratá-lo.” (2003 p. 288).

Autores como o alemão Bertolt Brecht (1898-1956) e, influenciado por ele, o brasileiro internacionalmente conhecido, Augusto Boal (1931), são as referências iniciais desse tipo de proposta, com pensamentos críticos e revolucionários para o uso social do teatro. Brecht tem uma teoria marcante chamada de Teatro Épico Didático. Com ela, Brecht pretendeu opor-se ao ‘teatro dramático’, que conduziria o espectador a uma ilusão de realidade, reduzindo-lhe a percepção crítica. Ou seja, ele se mostra contra a produção que fazia o espectador esquecer sua realidade, e propõe uma forma de teatro que traga a discussão social e que faça nascer o senso crítico popular, como Francimara N. Teixeira afirma, em seu artigo: “A diversão não se destaca, portanto, como um foco de interesse

diferenciado, já que a grande preocupação de Brecht nesse momento era a intervenção social e a discussão das relações entre os homens.” (TEIXEIRA, 2003 p. 291).

Boal dá o nome de Poética do Oprimido à proposta de que o povo/espectador se transforme no ator, mostrando seu ponto de vista, fazendo-o pensar sobre um problema encenado no palco para chegar a uma solução e, assim, se habituando a resolver problemas de sua própria vida: “Para que se compreenda bem esta Poética do Oprimido deve-se ter sempre presente seu principal objetivo: transformar o povo, ‘espectador’, ser passivo no fenômeno teatral, em sujeito, em ator, em transformador da ação dramática.” (BOAL, 1988 p. 138).

Estes dois autores são importantes quanto ao pensamento da arte como forma de construção de uma consciência crítica. Mas é a partir principalmente de Boal que a professora Margarida G. Rauen desenvolveu uma oficina de teatro com as meninas da USOJMR. A professora registrou e sistematizou um roteiro cênico das dramatizações realizadas pelas meninas, para ajudá-las a terem mais consciência sobre seu papel social, e auxiliá-las a refletirem sobre os problemas cotidianos e, assim, encontrarem soluções concretas. Rauen parte do livro *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas* de Boal, destacando os itens *A quebra da repressão* e o *Teatro imagem*.

Num primeiro momento, houve a familiarização destas meninas com jogos de dramatização. Durante o processo de criação do roteiro já se percebe o envolvimento das meninas. Passadas algumas semanas, estas meninas já conseguem ver a saída dos problemas mais habituais que enfrentam como brigas na família, agressão dos pais, alcoolismo e drogas. O que mais se percebe nesse roteiro, da fase inicial da oficina, é a falta de esperança em si mesmas, o que as leva a abandonar a escola e a ter descrédito na família. Também problematizam o abuso sexual, que, quando denunciado, leva o agressor, muitas vezes o pai, para a cadeia. O roteiro ainda reflete o uso das drogas como refúgio, o papel dos amigos no tráfico e a realidade da prisão.

As meninas interpretam cenas que faziam parte da vida que tinham. A diferença é que elas usam as máscaras dos personagens e, assim, fica mais fácil encontrar soluções. Esta estratégia de ilusão (o sentimento de que estão assistindo ou representando uma peça teatral) e identificação (a mesma é embasada nas suas próprias vidas) traz bons resultados, como observamos em Bezerra: “De fato, nessas poéticas ‘distanciamento’ e ‘identificação’ se fundem a tal ponto que se torna difícil delimitar as fronteiras entre *teatro e vida, espectador e ator, pessoa e personagem*” (2003 p. 271). Ou seja, a peça além de mostrar os problemas, também instiga a reflexão sobre a busca de respostas, e se existe superação para um obstáculo no teatro também existirá uma saída na realidade.

Considerações finais

Comparando a postura das meninas da USOJMR com a das entrevistadas por mim em Guarapuava, percebi que, na USOJMR, houve resultados mais efetivos na

ressocialização de jovens do que as atividades esportivas no Projeto Criança Cidadã (PCC), cujo objetivo é apenas de lazer.

Através de jogos teatrais, verificou-se que é possível manifestar sentimentos de opressão e retomar valores perdidos. A dramatização/máscara oportuniza uma chance para as adolescentes se expressarem e serem valorizadas enquanto pessoas, assim, estimulando-as a pensarem criticamente sobre as suas condições.

É importante ressaltar que o problema da marginalização começa com os traumas deixados, já na infância, da vivência doméstica, tanto de meninos quanto das meninas estudadas para a delimitação deste trabalho, como observamos nos dados mostrados neste artigo. Os abusos sexuais são alarmantes tanto nas grandes cidades do Brasil como no interior, aqui representado na região de Guarapuava, conforme destacam os jornais *Tribuna regional* e *Diário de Guarapuava*. Esses abusos deixam marcas no corpo e na alma.

A bibliografia revisada indica que a maioria das meninas e meninos que perambulam pelas ruas já sofreram traumas semelhantes. Se elas/eles fogem de casa é porque perderam a imagem de família. Apesar de se sentirem impotentes também nas ruas, diante do preconceito que enfrentam, sem auto-estima e sem a consciência de que podem mudar a realidade, ainda assim escapam da violência de casa. Com a utilização de atividades lúdicas, mostrei que é possível começar a mudar a realidade.

Referências bibliográficas

ANÔNIMO. Mais um caso de abuso sexual vai para o Fórum. *Diário de Guarapuava*, 08 de junho de 2004, p. 12.

BEZERRA, A. Na escola do espectador, a Pedagogia da Intervenção. *Anais do III Congresso Brasileiro de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas*. Florianópolis, 08-11/10/2003. Florianópolis: Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas – ABRACE 2003 (Memória ABRACE VII).

BOAL, A. *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990): lei 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.

CENTRAL DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (CIRANDA). Curitiba, 2005. Disponível em <<http://www.ciranda.org.br>>. Acesso em 14/abril/2005.

DESGRANGES, F. A pedagogia do espectador: algumas anotações. *Anais do III Congresso Brasileiro de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas*. Florianópolis,

08 a 11 de out/03 – Florianópolis: Associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Artes Cênicas – ABRACE 2003 (Memória Abrace VII). P. 288-289 .

DIMENSTEIN, G. *Meninas da Noite*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. *Cidadão de papel*. 20.ed. São Paulo: Ática, 2002.

ESTECHE, C. *Região lidera números de abuso contra criança*. TRIBUNA regional, 22 a 28 de abril de 2004, p. 8.

FRONTANA, I. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: USP & Loyola, 1999.

GANDRA, E. *O cais da resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no Período de 1959 a 1969*. Cruz Alta: Unicruz, 1999.

ORTIZ, E. *Por que não dancei*. 2.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

PINSKI, C. e PEDRO, J. Mulheres: igualdade e especificidade IN PINSKY, J. e PINSKY, C. (orgs). *História da cidadania* – São Paulo: Contexto, 2003.

TEIXEIRA, F. O conceito de diversão nas peças didáticas de Bertolt Brecht. *Anais do III Congresso Brasileiro de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas*. Florianópolis, 08 a 11 de out/03 – Florianópolis: Associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Artes Cênicas – ABRACE 2003 (Memória Abrace VII). p. 289-291.